

CONSIDERANDO a Portaria nº 630, publicada em 29 de abril de 2020;

CONSIDERANDO as orientações da Corregedoria do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, vazadas no Processo Administrativo 0000297-13.2020.4.04.8001, **resolve**:

Art. 1º PRORROGAR a autorização do porte de arma de fogo institucional, até 31 de março de 2021, para os seguintes membros do Grupo Especial de Segurança (GES):

I - ANDERSON CRUZ DA TRINDADE

II - ANDRISON DIAS GONÇALVES

III - EDGAR KNOBELOCK DOS SANTOS

IV - JAIRO SANTOS DOS SANTOS

V - LEANDRO SCHNOMBERGER

VI - PAULO CESAR BALBINOT

VII - PAULO SÉGIO MAIA FERREIRA

VIII - TIAGO MORSHAK VIEIRA

IX - WAGNER DE LIMA MACHADO

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 2 de dezembro de 2020.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Paim da Silva, Juiz Federal Diretor do Foro da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul**, em 01/12/2020, às 14:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php> informando o código verificador **5390481** e o código CRC **D5FE84C7**.

DIREÇÃO DO FORO DE SANTIAGO

EDITAL

PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO NA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTIAGO

NÍVEL SUPERIOR

DIREITO

EDITAL 01/2020

A JUÍZA FEDERAL DIRETORA DO FORO DA SUBSEÇÃO DE SANTIAGO, torna pública a abertura das inscrições para a realização do Processo Seletivo para contratação de estagiários de nível superior, da área do DIREITO, nos termos da Lei n. 11.788/2008 e da Instrução Normativa n. 34, publicada em 29/11/2016, do TRF da 4ª Região, o qual será regido de acordo com as instruções que ficam fazendo parte integrante do presente Edital.

O Processo Seletivo destina-se à formação de cadastro de reserva para vagas que surgirem na 1ª Vara Federal de Santiago e Unidade Avançada de Atendimento de São Borja, devendo o candidato, no momento da inscrição, escolher para qual unidade pretende concorrer, realizando somente uma inscrição.

I – DOS REQUISITOS

1.1. Para participar do Programa de Estágio o estudante deverá:

a) estar matriculado em pelo menos uma disciplina do curso superior de Direito em instituição de ensino conveniada com a Justiça Federal. A relação completa das instituições de ensino conveniadas encontra-se disponível em: <https://www2.jfrs.jus.br/instituicoes-conveniadas/>;

b) ter concluído, **no momento da inscrição, no mínimo 35% (trinta e cinco por cento) e, no máximo, 65% (sessenta e cinco por cento) dos créditos disciplinares do curso superior de Direito**, independentemente do semestre em que esteja formalmente matriculado;

c) ter disponibilidade para cumprir a carga horária de 20 (vinte) horas semanais no turno da tarde, de acordo com o perfil da vaga ofertada no momento da convocação (trabalho exclusivamente presencial, trabalho remoto alternando com trabalho presencial, ou trabalho exclusivamente remoto);

d) ter disponibilidade e meios em sua residência (local adequado, equipamentos e internet) que possibilitem o trabalho remoto e a realização de teleconferências de capacitação e de trabalho (para os casos em que o perfil da vaga ofertada no momento da convocação seja de trabalho remoto alternando com trabalho presencial, ou trabalho exclusivamente remoto);

e) não ter sido desligado do Programa de Estágio da JFRS anteriormente por conduta incompatível com a exigida pela Justiça Federal;

f) realizar a inscrição de acordo com o item III e atender as demais determinações descritas neste Edital.

II – DAS VAGAS

2.1 O processo destina-se à formação de cadastro reserva para preenchimento de vagas abertas após a publicação do edital de classificação.

2.2 Do total das vagas de estágio serão reservadas 10% (dez por cento) para pessoas com deficiência, cuja ocupação considerará as competências e necessidades especiais do estagiário e as atividades e necessidades próprias das unidades.

2.3 Em observância ao Decreto 9.427, de 28/06/2018, c/c a Resolução n. 336, de 29/09/2020, do Conselho Nacional de Justiça, do total de vagas previsto neste Edital e das que vierem a surgir durante o prazo de validade do concurso, 30% (trinta por cento) serão reservadas aos candidatos negros que declararem tal condição no momento da inscrição preliminar.

2.3.1 Caso a aplicação do percentual estabelecido no item 2.3 resulte em número fracionado, este será levado para o primeiro número inteiro subsequente; no caso de fração igual ou maior que 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para o número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos).

2.3.2 Para efeitos de reserva de vaga, consideram-se candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos, no ato da inscrição preliminar, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

2.3.3 Presumir-se-ão verdadeiras as informações prestadas pelo candidato no ato da inscrição do certame, sem prejuízo da apuração das responsabilidades administrativa, civil e penal na hipótese de constatação de declaração falsa.

2.3.4 Comprovando-se falsa a declaração, o candidato será eliminado da seleção e, se houver sido contratado, ficará sujeito à anulação da sua contratação, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

2.3.5 Os candidatos negros concorrerão concomitantemente às vagas a eles reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação na seleção.

2.3.6 Além das vagas de que trata esse item, os candidatos negros poderão optar por concorrer às vagas reservadas a pessoas com deficiência, se atenderem a essa condição, de acordo com a sua classificação na seleção.

2.3.7 Os candidatos negros aprovados dentro do número de vagas oferecidas para ampla concorrência não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas aos candidatos negros.

2.3.8 Os candidatos negros aprovados para as vagas a eles destinadas e às reservadas às pessoas com deficiência, convocados concomitantemente para o provimento dos cargos, deverão manifestar opção por uma delas.

2.3.9 Na hipótese de que trata o item anterior, caso os candidatos não se manifestem previamente, serão nomeados dentro das vagas destinadas aos negros.

2.3.10 Na hipótese de o candidato aprovado tanto na condição de negro quanto na de deficiente ser convocado primeiramente para o provimento de vaga destinada a candidato negro, ou optar por esta na hipótese do item 2.3.8, fará jus aos mesmos direitos e benefícios assegurados ao candidato com deficiência.

2.3.11 Em caso de desistência de candidato negro aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato negro posteriormente classificado.

2.3.12 Na hipótese de não haver candidatos negros aprovados em número suficiente para que sejam ocupadas as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação na seleção.

2.3.13 A nomeação dos candidatos aprovados respeitará os critérios de alternância e de proporcionalidade, que considerem a relação entre o número total de vagas reservadas a candidatos com deficiência e a candidatos negros.

III - DA INSCRIÇÃO

3.1 As inscrições estarão abertas no período **de 03/12/2020 a 14/12/2020**.

3.2. Não serão aceitas inscrições presenciais ou fora do período informado no item 3.1.

3.3 Para realizar a inscrição o estudante deverá:

3.3.1 Acessar o *site* da Justiça Federal, www2.jfrs.jus.br/Concursos e Estágios/Subseções do Interior/ Santiago (<https://www2.jfrs.jus.br/estagios-no-interior/estagio-santiago>) e clicar no link de inscrição do processo seletivo **www2.jfrs.jus.br/estagios-candidato-login**, cadastrar um correio eletrônico (e-mail), no qual receberá a "*Confirmação de Candidato*" com código PIN de 04 (quatro) dígitos para dar prosseguimento à inscrição.

3.3.2 A homologação das inscrições deverá ser acompanhada pelo candidato através do sítio da Justiça Federal <https://www2.jfrs.jus.br/Concursos e Estágios/Subseções do Interior/Santiago> -

(<https://www2.jfrs.jus.br/estagios-no-interior/estagio-santiago/>).

3.3.3 Após cadastrar login e senha, o candidato deve preencher a FICHA CADASTRAL referente ao processo seletivo para estagiário de Direito em Santiago ou São Borja, disponível no período de inscrições.

3.3.4 O candidato deve, obrigatoriamente, anexar no momento da inscrição **documento oficial emitido pela Instituição de Ensino** que comprove a **média/conceito geral do estudante no curso até o momento**, comprovante de matrícula e de percentual de créditos concluídos do curso de Direito. O índice deverá constar de forma clara e inequívoca, informando a nota média do aluno no curso (e não no semestre), sem a necessidade de contagem ou de cálculos por parte da JFRS. O arquivo contendo o índice deve estar em formato PDF, JPG ou BMP;

IMPORTANTE: As universidades podem estabelecer prazo de alguns dias úteis para a disponibilização de tal documentação. Recomenda-se que os candidatos solicitem com antecedência, de maneira a estarem aptos a cumprir os prazos estabelecidos neste edital;

3.3.5 O preenchimento da FICHA CADASTRAL não configura a inscrição do candidato no processo seletivo, **sendo INDISPENSÁVEL anexar o(s) documentos descrito(s) no subitem 3.3.4;**

3.3.6 Na hipótese de o candidato declarar-se negro, a autodeclaração MANUSCRITA, cujo modelo encontra-se no ANEXO I deste Edital, deve ser digitalizada e anexada junto com os documentos solicitados no subitem 3.3.4.

3.3.7 Na hipótese de o candidato cumprir o critério social de desempate previsto no item 4.4."a", deverá apresentar comprovante, conforme o caso, de ser cotista de instituição pública ou beneficiário de algum programa social ou bolsista em instituição privada.

3.4 O prazo para inscrição poderá ser prorrogado, a critério da Direção do Foro da Justiça Federal de Santiago.

3.5 O candidato deverá acompanhar a “SITUAÇÃO” da sua INSCRIÇÃO pelo site. Enquanto houver alguma pendência (falta de informação ou documento), constará a situação “INSCRIÇÃO PENDENTE”. A inscrição estará completa quando constar a situação “HOMOLOGADO”.

3.6. A JFRS não se responsabiliza por solicitações de inscrição não recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores, de falhas de comunicação, de congestionamentos das linhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

3.7 Não serão homologadas as inscrições dos candidatos que não juntarem os documentos obrigatórios descritos no subitem 3.3.4.

3.8 É vedado ao estudante participar simultaneamente em mais de um Programa de Estágio desenvolvido no âmbito da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região ou em qualquer outra instituição, pública ou privada, sob pena de imediato desligamento, excetuando-se o estágio curricular obrigatório.

3.9 O candidato assumirá total responsabilidade pelas informações prestadas, arcando com seu consequente desligamento do processo seletivo, caso as mesmas não sejam verdadeiras.

IV - DA SELEÇÃO

4.1 O processo seletivo constitui-se da **avaliação do desempenho acadêmico** a partir

da análise do **índice de aproveitamento do estudante no curso (média/conceito geral do curso)**, conforme item 3.3.4, em caráter classificatório, sendo exigida a **média mínima de 6,0**.

4.2 Caso o índice de aproveitamento do aluno no curso seja apresentado **somente no formato de conceitos**, serão considerados equivalentes os seguintes valores:

- a) Notas 10 e 9 para os conceitos A e B, respectivamente;
- b) Nota 7,5 para o conceito C;
- c) Nota 5 para os demais conceitos.

4.3 O resultado final obedecerá a ordem classificatória a partir da maior nota e deverá conter, no máximo, duas casas decimais. Aplicar-se-á a seguinte **regra de arredondamento**, caso necessário: o número que corresponda à terceira casa após a vírgula será eliminado e, sendo menor que 5, permanecerá inalterado o algarismo a sua esquerda; sendo maior ou igual a 5, será acrescentada uma unidade ao algarismo a sua esquerda.

4.4 Havendo empate entre os candidatos, serão adotados como critérios de desempate, respectivamente:

- a) Critério social: ser cotista de instituição pública ou beneficiário de algum programa social ou bolsista em instituição privada (conforme o comprovante apresentado no ato da inscrição);
- b) Maior idade;
- c) Maior número de créditos cursados.

4.5 Os recursos deverão ser interpostos no prazo de 2 (dois) dias úteis após a ocorrência do evento que lhes der causa, tendo como termo inicial o 1º dia útil subsequente à data do evento a ser recorrido.

4.5.1 Somente serão considerados os recursos interpostos no prazo estipulado para a fase a que se referem.

4.5.2 Os recursos deverão ser encaminhados para o e-mail rsstisecdf@jfrs.jus.br, contendo o nome completo e o CPF do candidato, e estar devidamente fundamentados.

V - DA CLASSIFICAÇÃO

5.1 A convocação dos candidatos aprovados obedecerá à ordem de classificação.

5.2 O resultado da classificação final será publicado na página da internet (www2.jfrs.jus.br/Concursos e Estágios/Subseções do Interior/ Santiago) **até a data provável de 18 de dezembro de 2020**.

5.3 A publicação do resultado final da seleção será feita em três listas, contendo a primeira a classificação de todos os candidatos, inclusive a de pessoas com deficiência e a de candidatos negros; a segunda, somente a classificação dos candidatos com deficiência; e a terceira, dos candidatos negros.

VI - DA CONTRATAÇÃO

6.1 Não será permitido o ingresso de candidatos que, no momento da convocação, já tenham concluído mais de 80% da carga horária do curso, independente do semestre em que esteja formalmente matriculado.

6.2 A classificação não gera automaticamente o direito à contratação do estagiário. Esta ocorrerá de acordo com a disponibilidade de vagas e segundo a necessidade, a conveniência e a oportunidade, a critério da JFRS.

6.3 A Secretaria Administrativa da Subseção Judiciária de Santiago será a unidade responsável pela convocação dos candidatos aprovados neste processo seletivo, que será feita por meio de mensagem de correio eletrônico, assim como pela publicação no site www2.jfrs.jus.br/Concursos e Estágios/Subseções do Interior/ Santiago.

6.4 O candidato convocado deverá manifestar seu interesse pela vaga respondendo ao e-mail de convocação enviado pelo Secretaria Administrativa de Santiago no prazo máximo de 2 (dois) úteis contados a partir envio do e-mail, encaminhar os documentos listados no item 6.5, e apresentar-se com a documentação original na data e no horário agendados. Transcorrido esse prazo, o candidato será considerado desistente do processo seletivo.

6.5 Documentos a serem apresentados no momento do ingresso:

a) Original e cópia dos seguintes documentos pessoais: documento de identidade, CPF, cartão bancário de conta corrente e comprovante de residência;

b) 01 (uma) fotografia 3x4;

c) Comprovante de matrícula original ou cópia autenticada ou com código verificador de autenticidade;

d) Comprovante atualizado do percentual de créditos concluídos, emitido pela instituição de ensino (original, cópia autenticada ou com código verificador de autenticidade). O percentual deverá constar de forma clara e inequívoca, sem a necessidade de contagem ou de cálculos por parte da JFRS, e o arquivo enviado deve estar em formato PDF, JPG ou BMP;

e) No caso de candidatos de 18 anos ou mais, certidão negativa de antecedentes criminais expedida pelo Foro da Justiça Federal, e alvará de folha corrida disponibilizado pela Justiça Estadual dos locais de residência do candidato nos últimos 05 (cinco) anos, disponíveis nos seguintes sites:

<http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php>

http://www.tjrs.jus.br/site/servicos/alvara_de_folha_corrida/

f) Currículo no formato elaborado pela JFRS;

g) Ficha Cadastral de Ingresso;

h) Declaração negativa de parentesco;

i) Declaração negativa de atuação com advogados que atuem na Justiça Federal;

j) Termo de Compromisso do Código de Conduta.

6.6 Os documentos listados nas alíneas de “f” a “j” estão disponíveis no site www2.jfrs.jus.br, no menu ‘Concursos e Estágios’ - ‘Programa de Estágios’.

6.7 No caso do candidato selecionado em vaga para pessoa com deficiência, o estudante deverá apresentar, antes do ingresso, além dos documentos mencionados no item 6.5, o laudo circunstanciado que ateste a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID).

6.8 No caso do candidato convocado não atender ao disposto nas Seções I e IV, ou, se atender, recusar a vaga, será providenciada a convocação do próximo candidato da lista de classificação.

6.9 A contratação, sem vínculo empregatício, dar-se-á com a assinatura do Termo de Compromisso de Estágio, firmado entre a Justiça Federal do Rio Grande do Sul, o Estagiário e a entidade de ensino superior conveniada.

6.10 O candidato que atender à convocação comprometer-se-á a providenciar a assinatura do Termo de Compromisso junto à instituição de ensino e iniciar o estágio na data agendada pelo Setor de Estágios.

6.11 É responsabilidade do candidato manter seu endereço eletrônico e telefones atualizados para viabilizar os contatos necessários. Sugere-se que o e-mail rsstisecdf@jfrs.jus.br seja adicionado aos contatos pessoais do candidato, a fim de evitar que e-mails eventualmente enviados pela Secretaria Administrativa ou pelo Setor de Estágios sejam marcados como spam/lixo eletrônico.

VII - DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO

7.1 A validade findará após o transcurso de **12 meses**, a contar da data de publicação da homologação do resultado final no Diário Oficial, **podendo ser prorrogado uma vez**, pelo mesmo período, a critério da Justiça Federal do Rio Grande do Sul.

VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 A inscrição do candidato implica aceitação das normas da presente seleção contidas neste Edital e no Regulamento do Programa de Estágio da Justiça Federal do Rio Grande do Sul.

8.2 A jornada de atividade em estágio será de 20 (vinte) horas semanais, distribuídas em 04 (quatro) horas diárias, no turno da tarde, sem prejuízo das atividades discentes.

8.3 O estágio será desenvolvido de acordo com o perfil da vaga ofertada no momento da convocação (trabalho exclusivamente presencial, trabalho remoto alternando com trabalho presencial, ou trabalho exclusivamente remoto).

8.3.1 Caso o trabalho seja exclusivamente presencial, será desenvolvido, de acordo com a escolha no momento da inscrição, na sede da **Subseção Judiciária de Santiago, situada na Rua Pedro Palmeiro, 1437 - Bairro Centro - Santiago-RS ou na Unidade Avançada de Atendimento da Justiça Federal de São Borja, situada na Rua Coronel Aparício Mariense, 1812 – Bairro Pirahy – São Borja.**

8.3.2 Caso o trabalho seja exclusivamente remoto, o estudante deverá ter disponibilidade e meios em sua residência (local adequado, equipamentos e internet) que possibilitem o trabalho remoto e a realização de teleconferências de capacitação e de trabalho;

8.3.3 Caso o trabalho seja remoto alternando com trabalho presencial, os subitens 8.3.1e 8.3.2 serão igualmente observados.

8.6 O estudante fará jus à bolsa de estágio mensal, no valor de **R\$ 833,00 (oitocentos e trinta e três reais)**; ao auxílio-transporte fixado em **R\$ 9,40 (nove reais e quarenta centavos)** por dia efetivamente estagiado; ao seguro contra acidentes pessoais; e à obtenção do Termo de Realização de Estágio, ao final do estágio, fixados nos termos da Lei nº 11.788/2008, Resolução 208/2012 do CJF e IN 34/2016 do TRF da 4ª Região.

8.6.1 O auxílio-transporte somente será pago quando o estagiário trabalhar de forma presencial.

8.7 O estágio terá duração máxima de 24 (vinte e quatro) meses.

8.8 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar pelo *site* da Justiça Federal do Rio Grande do Sul (www2.jfrs.jus.br/estagios-no-interior/estagio-santiago) o andamento do processo seletivo de forma a conhecer e atender o cumprimento dos prazos indicados neste edital e nas demais publicações referentes a esta seleção.

8.9 Os casos omissos serão dirimidos com a apresentação de requerimento que dever enviado por e-mail à Secretaria Administrativa de Santiago (rsstisecdf@jfrs.jus.br), podendo ser realizado contato prévio pelo telefone/whats: 55-99606-4242.

IX – DO CRONOGRAMA DE ATIVIDADES PREVISTO

Cronograma de Atividades	Datas Previstas
Período de inscrições	do dia 03/12/2020 ao dia 14/12/2020
Envio de documentação (item 3.3.3 e 3.3.5)	do dia 03/12/2020 ao dia 14/12/2020

Divulgação da homologação das inscrições	Até o dia 15/12/2020
Publicação do resultado e da classificação final	Dia 18/12/2020, a partir das 19h

ANEXO I

AUTODECLARAÇÃO

(candidato autodeclarado preto ou pardo)

Eu, _____, abaixo assinado, de nacionalidade _____, nascido em ___/___/_____, no município de _____, estado _____, filho de _____ e de _____, estado civil _____, residente e domiciliado à _____ CEP nº _____, portador da cédula de identidade nº _____, expedida em ___/___/_____, órgão expedidor _____, CPF nº _____ declaro, sob as penas da lei, que sou () **preto** () **pardo**. Estou ciente de que, em caso de falsidade ideológica, ficarei sujeito às sanções prescritas no Código Penal* e às demais cominações legais aplicáveis.

_____, ___ de _____ de _____.

Assinatura do declarante

Assinatura do responsável (se o declarante for menor de idade)

*O Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal - Falsidade Ideológica

Art. 299: omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Freier Ceron, JUÍZA FEDERAL**, em 02/12/2020, às 15:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php> informando o código verificador **5389249** e o código CRC **028E8758**.